

## A HISTÓRIA REGIONAL: ANÁLISE, DISCUSSÃO E CONTRIBUIÇÕES REGIONAL HISTORY: ANALYSIS, DISCUSSION AND CONTRIBUTIONS

Matheus Bernardes FERREIRA<sup>1</sup>  
Lilia Inés Zanotti de MEDRANO<sup>2</sup>

### RESUMO

*A proposta inicial do trabalho se insere dentro de um projeto mais amplo delimitada metodologicamente dentro da História Regional, cujo objetivo é a reconstituição histórica de uma região histórica multinacional - a região platina y seus rios - que envolve Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Meu objetivo de estudo situa-se na importância da História Regional como uma forma específica de abordar os estudos históricos. Neste sentido, o debate sobre História Regional, que tem se acirrado nos últimos anos, tem fornecido novos modelos interpretativos para a análise histórica, adicionando contribuições teórico-metodológicas, superando esquemas macro-históricos de abordagem.*

### ABSTRACT<sup>3</sup>

*This research work falls within a broader project delimited methodologically within Regional History, whose aim is the historical reconstitution of a multinational historical region - La Plata region and its rivers -, which includes Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay. The aim lies in the importance of regional history as a specific means of approaching historical studies. In this sense, the debate over Regional History, which has evolved over the last years, has contributed with new interpretative models for historical analyses, making theoretical-methodological contributions and getting over macro-historical approach schemes.*

Entendendo a *região* como um espaço historicamente construído, um espaço dinâmico, o historiador precisa dominar a metodologia e dialogar constantemente com a documentação desde os primórdios da pesquisa, pois esta *região* será a base de sua investigação. Esta abordagem identifica as especificidades da *região*, em contraposição às relações externas e mundiais, totalizadoras.

A pesquisa teve como método leituras bibliográficas que contribuíram para o conceito de região. Essas leituras eram comentadas e debatidas no Grupo de História Regional do Laboratório de Estudos Históricos e Regionais da Faculdade de História nas reuniões mensais, articulada à linha de pesquisa *Processo histórico de ocupação e construção de espaços regionais*, ajudando-me a esclarecer dúvidas, levantar questões para futuras pesquisas, ter

<sup>1</sup> Bolsista PIBIC/CNPq do Grupo de História Regional, Faculdade de História, CCH, PUC-Campinas sob orientação da Profa. Dra. Lilia Inés Zanotti de Medrano.

<sup>2</sup> Professora da Faculdade de História, CCH, PUC-Campinas.

<sup>3</sup> Tradução realizada por Verônica Laura Medrano

acesso a materiais que dizem respeito ao assunto, tendo um rico contato entre diversos pesquisadores, mestres e alunos, e, enfim, despertar mais o interesse pelo saber.

A partir da década de 70, tem crescido muito o número de pesquisas de história regional. Isto porque tem se atentado mais às micro-abordagens e deixando de lado os panoramas macros, ou seja, mais gerais. As grandes sínteses demonstram-se insuficientes quando comparadas com estudos mais particularizados. Além de também ter aumentado muito o número de cursos de pós-graduação em História pelo Brasil todo, aumentando o número de pesquisas locais.

Porém o desafio destes novos pesquisadores é maior por causa das fontes documentais geralmente mal conservadas e de difícil acesso, pois, longe dos centros urbanos mais ricos que têm centros de pesquisas mais organizados, a falta de valorização de documentos e patrimônios históricos acompanhados da pobreza da região, eleva o nível de dificuldade da pesquisa. Outro agravante é de que em regiões mais rurais e de herança oligárquica, algumas pessoas detentoras de poder local consideram-se donas da documentação local e dos patrimônios históricos, que nunca são vistos como públicos.

Acrescente o fato de haver apenas um pequeno apoio financeiro às pesquisas de cunho regional, pois as entidades financiadoras procuram investir nos temas mais conhecidos e consolidados. E também a carência de bibliografia básica sobre assuntos regionais, forçando o pesquisador a fazer pré-pesquisas e pesquisas paralelas. E por fim a dificuldade de publicar os trabalhos, já que as editoras, alegando falta de mercado, não publicam livros de História regional.

Apesar de todas estas dificuldades, a História regional é gratificante, pois aborda um campo do saber que tem ganhado muita importância ultimamente, ao fornecer uma ótica nova para a compreensão da realidade. Ela observa o específico, em contraposição às abordagens macros, que observa o geral, o nacional. A historiografia nacional ressalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças, a multiplicidade<sup>4</sup>.

A relação entre temporalidade e espacialidade é a questão fundamental para entendermos a metodologia da História regional. O historiador é íntimo à temporalidade, porém tem deixado para os geógrafos o trabalho de definir os conceitos espaciais, acreditando não ser sua tarefa compreender os limites deste conceito. Há um abandono dos estudos teóricos - metodológicos, tanto por parte de os pesquisadores enxergarem os conceitos como dados, já aceitos e acabados, quanto por aqueles que tentam compreender o assunto e, pretensiosamente, acreditam-se corretos a ponto de não ouvir novas teorias.

Podemos afirmar-se, ante a observação da realidade cultural, que as ciências sociais têm termos em comum, mas não uma linguagem em comum; portanto os significados das palavras são diferentes para determinados campos do conhecimento. Não sendo possível uma elaboração consensual de uma linguagem em comum, por motivos que fogem aos limites deste trabalho, devemos investigar conjuntamente às acepções e conceitos que estes termos em comum têm a cada contexto do conhecimento.<sup>5</sup>

Quanto ao termo 'região' e 'área', os geógrafos discutem seus conceitos, porém, entre eles há um consenso. A chamada Geografia Regional tenta abarcar todos os fenômenos que estão presentes numa dada área, tendo por meta compreender o caráter singular de cada porção do planeta. As teorias mais tradicionais apontam o espaço como um meio físico, espaço este que é descrito com critérios variados. São duas as correntes de pensamento que trabalham nessa linha, o Determinismo Ambiental e o Possibilismo. Ambas são do fim do século XIX e começo do século XX, e tentam justificar a expansão imperialista.

No caso do Determinismo Ambiental, fundamentada nas teorias naturalistas de Lamarck e na teoria da seleção natural de Charles Darwin, tem como fundamento a afirmação de que as "*condições naturais, especialmente climáticas, e dentro delas a variação de temperatura ao longo das estações do ano, determinam o comportamento do homem, interferindo na sua capacidade de progredir*".<sup>6</sup> Hebert Spencer é o filósofo que mais disseminou o Naturalismo, e dentre os principais defensores

<sup>4</sup> AMADO, Janaina. História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços. In: Silva, Marcos A. da *República em Migalhas – História Regional e Local*. Marco Zero. São Paulo. 1990.

<sup>5</sup> HEREDIA, Edmundo A. La región en la globalización en la historia de las relaciones internacionales latinoamericanas, *Ciclos*, Buenos Aires, Año VII, Vol III, Nº2, 1997.

<sup>6</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*, 2ª Edição, Série Princípios, São Paulo: Ed. Ática, Pg. 9.

do Determinismo Geográfico está o nome do geógrafo alemão Frederic Ratzel.

O Possibilismo é “*parecido com o determinismo. Focaliza-se as relações entre o homem e o meio natural mas não o faz considerando a natureza determinante do comportamento humano*”.<sup>7</sup> O principal colaborador da teoria possibilista foi Vidal de la Blache, que afirmava que a natureza é considerada como fornecedora de possibilidade para que o homem a modifique, sendo o homem o principal agente geográfico.

Os resultados de ambas as abordagens são análises distorcidas da realidade, que não levam em consideração a historicidade das regiões, apenas preocupando em descrever os meios físicos que determinam, ou influenciam diretamente a ação humana. Por exemplo, interpretar que a região Nordeste do Brasil é menos desenvolvida que a Sudeste em última instância por causa das condições climáticas, é determinar o homem à natureza, ignorando os processos históricos que ambas as regiões tiveram. A próprio “*meio físico é caracterizado por procedimentos mais ideológicos do que científicos, uma vez que o positivismo joga com a pretensa neutralidade do observador diante da natureza, que lhe falaria como o documento ao historiador*”.<sup>8</sup>

Infalivelmente será através da ideologia do pesquisador que o recorte será perpetrado, e são inúmeras as maneiras de ser feito. O empirismo provocou a produção descritiva da natureza, assim como a produção de diversos tipos de sistemas classificatórios orientados por diversos critérios. Sendo os recortes regionais de tendência política, econômica, demográfica, climático, geológico, etc. Há um consenso sobre a definição de Região: a particularização dos lugares. A polêmica se dá quando perguntamos como delimitar essas particularidades.

Uma resposta ao Determinismo começa a se desenvolver já no começo do Séc XX, com Lucien Febvre, que tenta em sua “Geografia Humana” encarar o espaço como ponto de ação humana. Na medida em que a organização espacial é dada *à priori*, a percepção desse espaço é apenas possível em um determinado momento fixo, ocultando o seu movimento, suas transformações. Quanto mais a observação for tradicionalmente física, falta

a visibilidade da ação transformadora do homem. Porém quanto mais a observação for metodologicamente histórica, falta base para a ação humana. Chega-se então a conclusão de que os dois critérios não recuperam a totalidade da ação nos vários níveis de inter-relação.

Mas é com a elaboração de um novo paradigma em meados do século XX que realiza a crítica formal ao Determinismo. Originada na Suécia, Inglaterra e EUA, em sociedades que atravessam profundas transformações sociais e que trazem novos elementos como a urbanização, industrialização, rodovias, represas, shoppings, etc. É a chamada Nova Geografia que tem o papel ideológico de justificar a expansão capitalista, dar esperanças aos sem-terra, justificar as transformações da vida e paisagens, etc.

Foi a Nova Geografia o primeiro paradigma de base empírica, que, como dito anteriormente, joga com a pretensa neutralidade da ciência. Através desta base é elaborado o conceito de “área”, que diz respeito a uma parcela da superfície terrestre diferenciada pelo observador. Seria um instrumento de análise, construída durante o processo de investigação. Ela se oporia à região e o território, que são realidades objetivas. A configuração desta área seria a integração dos fenômenos selecionados.

Suas regras e princípios estão nas técnicas estatísticas, na geometria, nos Modelos Normativos, nas analogias às ciências naturais, e nos princípios de economia burguesa. Com estes métodos ocorre um esvaziamento da historicidade, pois se utiliza a abstração e a generalização que as estatísticas propiciam. Outra característica é a visão hierarquizada dos espaços, sendo a região um subsistema do sistema nacional, apagando as diferenças regionais.

Esta geografia, também entendida como pragmática, fornece não apenas explicações à ocupação espacial, como também diagnósticos para presentes e futuras ocupações. Novamente uma atitude a-histórica. Identificado um “desequilíbrio espacial”, é feito um tratamento através de planejamento. Nos diagnósticos, onde o modelo já informa o ato da escolha, dirige a opção e orienta a estratégia adotada.

Um exemplo de ação política derivada de uma interpretação deformada é a criação da SUDENE. Pressupôs-se que a região Nordeste era autônoma da região

<sup>7</sup> Idem., pp.11.

<sup>8</sup> SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e História: Questão de Método. In: Silva, Marcos A. da *República em Migalhas – História Regional e Local*, op. cit., 1990.

Sudeste, e foi criado um órgão de planejamento estratégico para aquela região, sem levar em conta a historicidade local.

A utilização do arsenal teórico positivista tem produzido sérias distorções no entendimento da realidade e, em conseqüência, nas práticas políticas. O determinismo camufla estas perspectivas de distorções sociais, sendo sua expressão última a Geopolítica. Existe a necessidade de re-conceituação dos vários termos aqui abordados, tendo como meta a explicação, porém nunca esquecendo das conseqüentes práticas políticas.

A crítica que se faz à Geografia Pragmática, em termos gerais, é que ela não só pretende manter, mas sim expandir o sistema dominante e as classes que o controlam. É na década de 70 que um novo paradigma começa a entrar em cena, a Geografia Crítica.

A Geografia Crítica, acima de tudo, se enxerga como instrumento de modificação da sociedade, ao contrário de todas as demais teorias que se dizem neutras, mas que, através da homogeneização que discursam, acobertam os conflitos sociais, as lutas de classe. A obra que levanta esta questão é “A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra”, de Yves Lacoste, que enxerga a geografia como instrumento de dominação da burguesia, que mascaram os conhecimentos geográficos como neutro, esvaziando seu conteúdo político.

Um reflexo da realidade, vemos que os cidadãos comuns, tem mais dificuldade de enxergar regiões além de sua vida cotidiana, sendo as informações que obtêm sobre outras regiões fracionadas e duvidosas. Já as pessoas da classe detentora do poder conseguem ter noção de totalidade, têm uma visão integrada do espaço, qualidade que Antonio Morais alega “*necessária ser construída, numa perspectiva popular, e socializar esse saber, pois ele possui fundamental valor estratégico nos combates políticos*”.<sup>9</sup>

Como podemos observar, é nítida a penetração do materialismo histórico na análise da problemática espacial, que junto consigo trás mudanças teórico-metodológicas qualitativas na ciência geográfica. Dentre estas mudanças, as mais básicas dizem respeito ao homem tornar-se

preponderante à natureza, a análise das correlações entre modo de produção e organização espacial, a relação Estado-território-recursos e a explicitação das contradições sociais visíveis na organização espacial. Enfim, as formas espaciais são encaradas agora como processos sociais.

O espaço, segundo Milton Santos, é um fator social, produto da ação humana, uma natureza socializadora que, por sua vez, interfere no processo social não apenas pela carga de historicidade passada, mas também pela carga inerente de historicidade possível de ser construída, na medida em que é a instância de determinação no movimento do real, de transformação deste ultimo, em outras palavras, de determinação na história a ser construída.<sup>10</sup>

Já David Harvey, um dos estudiosos que integra esse movimento de sistematização da Geografia Crítica, trabalha o conceito mais longe: distingue um espaço absoluto dotado de materialidade própria, idéia que contém concepção newtoniana de espaço, de um espaço relativo organizado pela relação entre os lugares e ainda um espaço relacional que contém em si um conjunto de relações.

Alain Lipeitz aprofunda essa noção de espaço, relacionando-o com a dimensão política e definindo-o como um campo de ação por excelência das forças políticas. Referindo-se à questão do espaço regional, vale-se do conceito de “armadura regional” para definir “*um sistema de exploração e articulação dos modos de produção, forma e base das alianças entre as classes dominantes, e da dominação ideológica sobre as classes dominadas*”.<sup>11</sup>

Considerando que os esforços acerca da conceituação de *região* variam de acordo com as tendências teóricas vigentes, podemos definir que, para os autores cujas abordagens teóricas são de base materialista dialética, a noção de região está intimamente ligada ao processo de desenvolvimento econômico e à difusão das inovações do capitalismo. Dessa maneira, aplica-se o binômio centro-periferia para explicar as articulações ocorridas no âmbito regional, de forma que a região passa a ser concebida como um produto da desigualdade sócio-espacial intrínseca ao desenvolvimento capitalista.<sup>12</sup>

<sup>9</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia. Pequena História Crítica*, São Paulo: HUCITEC, 1981, pp. 115-116.

<sup>10</sup> RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Regional – dimensão teórico conceituais, pp. 16. In: *Revista História: debates e tendências*. Nº 1. Passo Fundo, Junho de 1999.

<sup>11</sup> LIPIETZ, Alain. *Le capital et son espace*. Paris: Maspero, 1977.

<sup>12</sup> Idem nota 6, pp. 18.

Como podemos observar, a re-conceituação de *região* segundo essa linha de pensamento dá ao termo dois elementos fundamentais da História: a ação humana e a idéia de movimento não no sentido linear, mas na acepção dialética. O espaço equivale à incorporação do trabalho humano na superfície terrestre e guarda as contradições do tempo social, alegoricamente é representado como um testemunho de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem ainda. Quanto ao conceito de tempo: “*não é absoluto, é relativo, não é o resultado da percepção individual (subjetiva), é um tempo concreto; não é um continuum, mas deve ser dividido em secções, cada uma com suas características específicas*”.<sup>13</sup>

A relação espaço-tempo (processo histórico) resulta, pois, em que cada período da História-periodicidade configurada a partir do modo de produção que estrutura a sociedade, produza um espaço específico, expressão da sociedade que o organiza. Ademais, não sendo o tempo histórico linear, mas encerrando contradições, o espaço que o exprime condensa o modo de produção determinado nos seus vários momentos ou condensa ainda modos de produção (processos produtivos) anteriores.

Enfim, uma “região” só será plenamente caracterizada se for analisada no seu complexo de imbricações e relações: na relação com a formação social, de que é um “corte” espacial delimitado historicamente, portanto dinamicamente, o aspecto básico a ser vislumbrado é o nível de articulação das atividades produtivas da região ao modelo de acumulação dominante; na relação com os demais cortes espaciais, cujas “fronteiras” estão em contínuo reajustamento, portanto, a diferenciação e articulação entre os cortes; e, finalmente, no âmbito interno à própria região, o aspecto básico é o nível de suas forças produtivas e suas relações de produção.<sup>14</sup>

Quando reduzimos o espaço do debate à Campinas, a década de 80 foi a que nos trouxe as primeiras contribuições teóricas sobre história regional. Ademir Gebara<sup>15</sup> conceitua região como termo descritivo sem

implicações teóricas, eliminando então concepções explicativas como a de classe social e outras. Gebara, através desta concepção tenta analisar a cidade de Campinas no decorrer da sua história, mostrando que a cidade começou a ter relevância nacional a partir da segunda metade do século XIX. Ele utiliza os conceitos de Dimensão Regional, que seria correspondente ao específico a Campinas e região, como o investimento de empresários privados na agricultura e em estradas de ferro; e o conceito de Dimensão Nacional relacionada principalmente à política econômica nacional, que estaria passando pela crise provocada pela guerra do Paraguai (1865-1870) e que favoreceu aos fazendeiros do oeste paulista.

As contribuições de Gebara não foram significativas quanto ao aperfeiçoamento teórico da história regional, porém foi a primeira tentativa, que incentivou os demais historiadores a continuarem a desenvolver o tema. Outro autor, Paulo N. H. Martins<sup>16</sup>, apontava a crescente vulgarização do termo ‘região’, redefinindo-a como espaços fracionários onde ocorrem processos específicos de acumulação, organização do poder político e conflitos sociais. Martins estuda o Estado moderno definido como mediador político das regiões, fazendo uma crítica à explicação economicista da formação das regiões modernas, utilizando-se do exemplo do Estado brasileiro moderno. Define fronteira externa: de fácil visualização e que correspondente às divisões territoriais que separam países; e Fronteira Interna: de difícil visualização, importância secundária para a política nacional, de maior mobilidade se comparada à externa, de multiplicidade de limites por interesses e conflitos sociais, principalmente quando esta região for internacional, ou seja, que se situa dentro de dois ou mais Estados Nacionais, e, enfim, que permite sustentar a divisão conflituosa das classes sociais. Um Estado configurado internamente com diversas regiões distintas, porém subordinadas, permite-se atuar por planejamentos que visam explorar esta qualidade. Isto se dá na economia, onde se podem ter estágios de desenvolvimento manipulado, firmando pólos econômicos regionais ao custo de recursos da totalidade das regiões

<sup>13</sup> SANTOS, Milton. *Relações espaço-temporais no mundo subdesenvolvido*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, Dez. 1976 (Seleção de textos 1) pp. 20.

<sup>14</sup> Idem. nota 4. pp 35.

<sup>15</sup> GEBARA, Ademir. A importância dos estudos regionais para as ciências sociais. In: *História Regional: Uma Discussão*, Campinas: Ed. Unicamp, V.1, 1987.

<sup>16</sup> MARTINS, Paulo N. H. Estado, espaço e região: novos elementos teóricos. In: *História Regional: Uma Discussão*, Campinas: Ed. Unicamp, V.1, 1987.

do Estado; se dá, na política, assegurando a classe dominante no aparelho Estatal pela fragmentação política espalhada nas regiões, estas que fornecem discurso político, e tendo importância ideológica significativa.

Hector H. Bruit<sup>17</sup> critica Martins por ter evitado o economicismo e acabar caindo no politicismo acríptico, que ignora o fato de que não existe separação da política e da economia no sistema Capitalista. Para Bruit, Martins, anti-economicista abstém-se de trabalhar a questão do conflito entre capital e trabalho, fundamental para entender um Estado capitalista. Critica a historicidade do conceito de Fronteira Interna e Externa, afirmando que poderiam ser compatíveis aos Estados do século XIX, mas indagando se estes conceitos se sustentariam no século XX, neoliberal e globalizado.

Correndo em sentido contrário, diversos trabalhos com pretensão de serem história regional, não dão atenção ou acabam por ignorar completamente os marcos teóricos-metodológicos, prejudicando seus conteúdos ou suas possibilidades explicativas. Sem limites não há conceitos. Casos, por exemplo, como o dos economistas Ronaldo Herrlein Jr. e Adriana Dias<sup>18</sup>, mais preocupados em estabelecer uma comparação forçosa entre o processo de formação da mão-de-obra livre em São Paulo e no Rio Grande do Sul, do que em construir regiões como categorias explicativas. Ocorre apenas uma contextualização de ambas as sociedades em suas determinadas localidades, porém nunca chegaram a comentar quais os critérios que se utilizaram para determiná-los.

As Raízes Históricas do Mercossul, de Ieda Gutfriend e Heloisa Reichel é um exemplo de um importante trabalho de investigação em fontes primárias. A tentativa de reconstruir a Região Platina colonial recaiu-se sobre uma narrativa da formação, povoamento, economia e relações sócio-culturais dos diversos Estados / Províncias que pertenciam a região por elas construída. O conceito de região da amarração aos seus argumentos, sendo “trabalhada como uma totalidade” onde “aprimoramos no entendimento de região expresso pela geografia crítica,

quando o relacionou com os espaços capitalistas de produção”<sup>19</sup>.

Outra importante contribuição teórico-metodológica em história regional vem de Márcio Noronha<sup>20</sup>. Para ele, a região não é um referente, uma delimitação geográfico-espacial, e sim um “tratamento metodológico, que visa estabelecer uma relação específica no âmbito de uma cartografia simbólica, que deverá incluir os níveis do local, do regional, do nacional e do transnacional (...) Seria um ponto médio de fixação (...) uma abordagem metodológica que privilegia uma micro-sociologia e, considerando isto, um tipo de abordagem cartográfica de escala, no sentido que dará uma atenção mais amplificada ao detalhamento fenomênico”<sup>21</sup>. Entretanto, não pôde deixar de considerar os laços físico-geográficos que são o seu suporte primeiro.

No enfoque histórico-antropológico, a região aparece como sendo uma “configuração-constelação capaz de fornecer ao historiador problemas e estratégias de abordagem que privilegiem a complexificação das relações sociais, partindo do arsenal de histórias, símbolos, ritos, mitos e visões do mundo distintas, fazendo da própria região eleita um elemento identificatório móvel”<sup>22</sup>. Noronha pretende identificar estes elementos identificatórios móveis, passando a tratar das relações entre identidade, identificação e cultura com o sistema de relações local-regional-nacional-transnacional. Aponta a obsessão das sociedades por hierarquização e categorização, que são permutáveis ao longo do tempo e do espaço, onde em cada caso é constituído um sistema identificatório peculiar, concluindo que identidade cultural não possui materialidade.

Exemplificando no caso do Brasil, onde a identidade cultural sempre foi um problema nacional, do Estado, foram numerosos os historiadores que tentaram explicar como este processo ocorreu, a questão emancipatória. Não é caso isolado, ex-colônias à procura de uma identidade própria, e não apenas dos historiadores brasileiros. E ele viu que as grandes totalizações parecem asfixiar com as possibilidades de ação dos atores sociais e fazer da

<sup>17</sup> BRUIT, Héctor H. Região, estado e capitalismo. In: História Regional: Uma Discussão, Campinas: Ed. Unicamp, op. cit, 1987.

<sup>18</sup> HERRLEIN JR. Ronaldo. DIAS. Adriana. Trabalho e indústria na 1ª República. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. *Gaúchos e Paulistas: Dez escritos de história regional comparada*, Porto Alegre, 1995.

<sup>19</sup> REICHEL, Heloisa J.; GUTFRIEND, Ieda. *As Raízes Históricas do Mercossul*, São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1996.

<sup>20</sup> NORONHA, Márcio Pizarro. Região, Identificações Culturais. In: *História: Debates e Tendências*, Nº1. Passo fundo: EDIUPF, 1999

<sup>21</sup> Idem, Ibidem, pp 26.

<sup>22</sup> Idem, pp. 27.

emancipação uma inserção num modelo universal identitário. Estes universalistas têm como política querer manter a ilusão emancipatória universal totalmente afastada dos interesses e das realidades do capitalismo contemporâneo; já do lado dos particularistas, mais inseridos na lógica do capital, as identidades culturais, sexuais e étnicas servirão de suporte para a fixação dos indivíduos de suas tribos e a sua reclusão a uma ordem multinacional que estimula e produz a segmentação social. Para Noronha, a terceira e melhor via é aquela que perpassa tanto pela especificidade-singularidade plural quanto pelos movimentos abrangentes do capital, conectando o transnacional-multinacional com o regional-local, ultrapassando os limites históricos implantados pelas políticas estatais historicamente burguesas. As culturas regionais nunca correspondem exclusivamente aos modelos hegemônicos estatais, correspondem mais como um espelho deformante desta interpretação oficial.

Para um entendimento das identidades, concretas e contextuais, marcadamente histórico-antropológicas, Noronha afirma: “a cultura regional tem relação tensa com os modelos criados pela cultura nacional; a cultura regional problematiza, pela via do espelho deformante, aquilo que é reconhecido como nacional; esse espelho deformante se desloca nas direções de tempo e espaço, sendo a cultura um foco dinâmico; como foco dinâmico, e na direção do multinacional, a cultura regional não se esgota no plano do vivido e, tampouco, limita-se a si mesma, nunca sendo exclusivamente regional e nunca vivendo apenas da relação tensa com o nacional”.<sup>23</sup>

Noronha conclui afirmando que o “tratamento pela via do regional e do local complexificam as nossas visões do nacional e do global, servindo de verdadeiras formulações no âmbito da linguagem e da interpretação, que recapturam os tradicionais debates do político, do econômico, das relações sociais e do ideológico no âmbito a partir de outros critérios e categorizações”.<sup>24</sup>

## Bibliografia

- CARDOSO, Ciro F. e BROGNOLI, Héctor. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal. 1983.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*, 2ª Edição, São Paulo: editora Ática (Série Princípios).
- GEBARA, Ademir. *História Regional: Uma discussão*, Campinas: Ed. da Unicamp, 1987.
- HEREDIA, Edmundo A. La región en la globalización en la historia de las relaciones internacionales latinoamericanas. *Ciclos*, Año VII, Vol III, N°2, 1997.
- HERRLEIN JR, Ronaldo; DIAS, Adriana. Trabalho e indústria na 1ª República. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. *Gaúchos e Paulistas: Dez escritos de história regional comparada*, Porto Alegre, 1995.
- LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: Cardoso, Ciro F. e Brignoli, Héctor (Orgs). *Os Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*, Rio de Janeiro: Campus, 1997
- MEDRANO, Lilia I. Z. de. Intereses Brasileños y expectativas regionales: Mato Grosso y las provincias del norte argentino em el siglo XIX. *Humanitas*, Campinas: PUC-Campinas, 2001.
- NORONHA, Márcio Pizarro. Região, Identificações Culturais. In: *História: Debates e Tendências*, N°1, Passo Fundo: EDIUPF, 1999
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Regional – dimensão teórico conceituais. In: *Revista História: debates e tendências*, N° 1, Passo Fundo: DIUPF, 1999.
- REICHEL, Heloísa J.; GUTFRIEND, Ieda. *As Raízes Históricas do Mercosul*, São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1996
- SILVA, Marcos A. da. *República em Migalhas – História Regional e Local*, São Paulo: Marco Zero, 1990.

<sup>23</sup> Idem, pp 30-31.

<sup>24</sup> Idem, pp 35.

